

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia **vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois, foi iniciada a segunda reunião extraordinária** do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE SÃO PEDRO D'ALDEIA na Casa da Cultura Gabriel Joaquim dos Santos (Avenida Francisco Coelho Pereira, 255 – Centro/São Pedro da Aldeia), sob direção da Conselheira Giselle Ruiz, Presidente do Conselho, com amplo quórum. A Presidente faz registro de material recebido pelo Conselheiro Fernando Medeiros, que responde pela chefia do Escritório Técnico da Região dos Lagos IPHAN-RJ, com ampla pesquisa, tratando de mecanismos de preservação do Patrimônio Cultural do Município de São Pedro da Aldeia com vistas de desenvolvimento de possível processo de Tombamento e Registro dos Bens (de natureza material e imaterial), com sugestão de criação de setor e fundo específico na estrutura administrativa da Prefeitura. Após registro, a Presidente apresenta a pauta única para aprovação do plenário: aprovação da ata de treze de junho e apreciação de denúncias encaminhada pela Ouvidoria sobre representatividade no Conselho da Associação Quilombola/Quilombo Caveira de Botafogo e denúncia encaminhada pelo Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência, sobre eleição da cadeira em vacância Cultura Inclusiva. A presidente consulta o plenário para aprovação de ata de treze de junho. A Conselheira Cleise informa que as Conselheiras Joseane e Mariana enviaram ressalvas por e-mail, sendo que a última ainda não foi inclusa pelo horário de envio, e a ata já estava impressa para reunião. O Conselheiro Elson, no uso da palavra, registra envio de ressalvas por e-mail, que tratam de ressalvas não inclusas na ata de onze de maio, e que a ata não foi retirada do site da prefeitura, como solicitado por ele, pois tem trechos ainda sem incluir, tem trechos para retirar. A Conselheira Cleise esclarece que a ata de treze de maio foi enviada para postagem no site, após aprovação em plenário, e que as ressalvas do Conselheiro foram inclusas. Com novo envio de colaboração do Conselheiro Elson, a secretaria executiva apresentou consultas do texto da ata para outros Conselheiros, uma vez que o Conselheiro Elson levantou suspeição da ata aprovada entre trechos para serem incluídos e trechos para serem retirados. A Conselheira esclarece que tão logo as consultas sejam efetivadas, o texto será atualizado, sem prejuízo do inteiro teor da ata aprovada, mantendo o fiel compromisso da mesa diretora quanto a fidelidade dos registros. A Presidente consulta o plenário para aprovação da ata de treze de maio, enviada por e-mail, com cópias impressas à disposição. A Conselheira Mariana, no uso da fala, reitera a necessidade de garantia de todas as ressalvas nas atas, que deve ser uma escrita fidedigna, de algo que aconteceu, e que por isso as atas ficam longas. A Presidente Giselle Ruiz esclarece a Conselheira Mariana que isso foi tratado na reunião anterior, e que as ressalvas serão inclusas, mantendo o inteiro teor das discussões do plenário, considerando as ressalvas enviadas da Conselheira Mariana, Conselheira Joseane e Conselheiro Elson. A Presidente faz nova consulta ao plenário, se existe algum desacordo, para ciência da mesa, para encerrar esse ponto de pauta. O Conselheiro Elson, no uso da palavra indaga se as ressalvas apresentadas permanecem na ata sem nenhuma alteração. A Presidente retorna ao Conselheiro, esclarece que as ressalvas apresentadas tratam da ata de onze de maio, e que a ata em questão, para aprovação do plenário é da reunião de treze de junho. O Conselheiro Elson, no uso da fala, repete a pergunta, se vai ser inclusa a ressalva aprovada na reunião passada. A Conselheira Marta, no uso da palavra, se dirige ao Conselheiro Elson, esclarecendo que o ponto de pauta agora é aprovação da ata de treze de junho, e que o assunto de onze de maio foi encerrado. A Presidente solicita ordem no plenário, que se manifesta com vários conselheiros solicitando encerramento deste ponto e aprovação da ata da última reunião de treze de junho. Após consulta final ao plenário, a ata de treze de junho é aprovada pelo plenário.

A Presidente segue com segundo ponto de pauta que trata da apreciação de denúncias pra discussão. Após leitura das duas denúncias, a Conselheira que coordena os trabalhos abre inscrição. A Conselheira Cleise solicita que os documentos lidos pela mesa sejam incluídos na ata como anexo. O Conselheiro Luiz Fernando solicita inscrição para ler uma carta, por solicitação da agente cultural Jessica Santos, e faz a leitura. A Conselheira Cleise solicita a carta para seguir como anexo na ata. O Conselheiro Augusto solicita inscrição. Registra que a candidata chamou praticamente todo o mundo de incapaz e incompetente no relato da carta e repudia várias falas que atacam o trabalho realizado. A candidata, durante a eleição, fez inscrições no nome dela, utilizou práticas nada éticas num processo eleitoral, que foi muito grave, onde ela mesma fazia inscrição de eleitores com os dados dela, onde se constatou que vários dos eleitores não tinham nenhuma passagem pelo setor cultural, só estavam sendo inscritos para votar. O Conselheiro Fernando solicita inscrição e afirma que é o caso para estabelecer um diálogo, pois tem a carta lida e esses fatos agora que estão sendo colocados. O Conselho precisa dar uma resposta a então candidata, uma explicação, olha por essas ações, por exemplo, registradas de forma oficial, a eleição foi anulada. A Presidente solicita, que em caráter especial, que a funcionária Karoline Giordano, integrante da equipe da Secretaria Municipal de Cultura, se manifeste para o plenário, com relato do que aconteceu nos dias da eleição que trata o teor da denúncia da Sra. Jéssica Santos. A funcionária Karoline Giordano relata que no dia da eleição das cadeiras de artes plásticas (titular e suplente), dança e cultura inclusiva (suplente), foi feita a conferência de candidatos e eleitores, com verificação dos nomes para atestar a atividade cultural, se é do setor cultural, se está no Mapeamento Cultural. É uma praxe a conferência. Como foi necessário fazer uma conferência extra nesse dia, porque algumas pessoas que votaram não estavam com portfólio, ou seja, não atestaram sua atuação cultural, a Secretaria tentou entrar em contato por telefone, por e-mail, por mensagem de aplicativo, sem efetuar contato com alguns votantes, e encontramos vários eleitores com os mesmos dados da candidata Jéssica. A funcionária Karoline afirma que foram deixados vários recados, sem retornos para Secretaria, para devido atesto de atuação no setor cultural e foram várias tentativas. Não atenderam, mesmo sendo os dados de contato registrados no Mapeamento Cultural, formulário oficial da Prefeitura de São Pedro da Aldeia. No dia da eleição a funcionária afirma que estava na recepção e atendendo as pessoas, quando a candidata chegou bem alterada, perguntou por que as pessoas estavam sendo impedidas de votar. A funcionária afirma que explicou que ninguém estava impedido de votar, que existia o procedimento de atesto de atuação cultural, tentado explicar a Sra. Jéssica, quando ela não deixava, super alterada. Afirma a funcionária: gritou com outros funcionários, bateu na mesa, disse que não iria deixar barato. Agiu com muita alteração e agressividade, sem ouvir explicação. Bateu várias vezes na mesa. Outras pessoas vieram saber o que estava acontecendo naquele momento, inclusive de setores vizinhos da Cultura, em função dos gritos. Tentei explicar para ela o que estava acontecendo, que era necessário atestar atividade cultural dos eleitores, pois se tratava de uma eleição do setor cultural, de cadeiras para o Conselho de Cultura, tinha critérios para participar, tanto eleitor como candidato. Quando ela chegou, outras pessoas chegaram junto, um grupo grande, e era preciso fazer a conferência de cada nome, telefone, se tinha portfólio, quando eu abria no nome das pessoas, várias pessoas que estavam com ela, estava tudo em branco, não tinha registro algum da atuação cultural da pessoa no Mapeamento Cultural. E a candidata Jéssica queria que as pessoas votassem sem nenhuma conferência. Foi um episódio muito tenso. A Conselheira Joseane se inscreve e abre sua vez para Conselheira Aline Moschen. A Conselheira Aline Moschen, no uso da fala, pergunta por que essa questão do telefone está sendo tratada como grande erro, se as pessoas estavam no local para votar,

presencialmente e em nenhum momento foi falado que o telefone não poderia ser de outra pessoa, que até o eleitor poderia não ter telefone. Isso não era impedimento. Isso não pode ser ato criminoso da candidata. A Conselheira afirma que da forma que está sendo colocado parece que a candidata direcionou alguma coisa, mas a pessoa compareceu, assinou e o voto não foi forjado, nenhum voto. Qual a relação do telefone, o que isso acarreta no processo. A funcionária Karol esclarece que na hora do cadastramento é necessário registrar um telefone e e-mail da pessoa, são cadastros pessoais para comunicação da Prefeitura, da Secretaria, para contatos com a pessoa, ou seja, o agente cultural. No caso da eleição, o contato foi para atestar se a pessoa era de fato do setor cultural, foi isso. O que aconteceu é que de vários eleitores, os contatos eram os mesmos dados da candidata, e não tivemos resposta, retorno, para então atestar se aqueles eleitores (com os dados dela), seriam do setor cultural, que era um critério para participar da eleição, como foi acordado pelo grupo de trabalho que coordenou a eleição suplementar. Tentamos fazer contatos e não conseguimos entrar em contato com as pessoas, telefone e e-mail também, os dados não eram dos eleitores, eram da candidata, que não nos respondeu. A Conselheira Joseane, no uso da fala, registra que tem pessoas que são analfabetas digitais, tem pessoas que não tem telefone. A Conselheira afirma que isso não desabona a candidata, que estava auxiliando pessoas sem condições de estar neste mundo digital, e que o eleitor entrou com CPF, RG, não era um nome falsificado. Foram pessoas que existem, compareceram presencialmente para votar na Casa da Cultura, só não deram os dados pessoais para o cadastro, e a candidata se prontificou para ajudar, não cometeu nenhum crime. A Presidente Giselle Ruiz esclarece para Conselheira Joseane e para Conselheira Aline Moschen que o relato da funcionária destaca a falta de contatos com eleitores que votaram, quando foi necessário atestar atuação cultural, e que em função da falta de conseguir efetuar os contatos, isso não foi comprovado. Fora isso, ainda exista um cenário real, no mundo digital, estamos falando de um cadastro oficial da Prefeitura, onde as informações são para comunicação com os órgãos da Prefeitura, como a Secretaria de Cultura, e as muitas tentativas de contatos com os eleitores, através dos dados registrados no Mapeamento Cultural foram sem sucesso, sem conseguir entrar em contato com os eleitores, ver o portfólio da pessoa e validar o processo de eleição. No cadastro que a pessoa preencheu, não tinha nada, estava em branco. Só tinha contatos da candidata Jéssica, que não retornou nossas mensagens e telefonemas, e não conseguimos chegar até os agentes culturais que foram inscritos no Mapeamento, e que votaram. Esse que é o problema, aliás, relatamos esse fato na reunião que tratou desse ponto. O Conselheiro Augusto solicita inscrição e registra que tudo isso tornou o processo de eleição frágil, onde o grupo de trabalho que coordenou a eleição admitiu que cometeu um erro no primeiro dia, sem conferir as informações das pessoas que estavam votando. Era para conferir, e não foi feito. Quando fomos ver cada nome, no Mapeamento Cultural, foi isso que se deu, a pessoa não tinha nenhuma atuação cultural. No dia seguinte, pois foram dois dias de votação, verificamos a comprovação de atuação cultural para pessoa votar, verificar o portfólio, comprovar que o eleitor era artista. No primeiro dia não foi feita essa verificação. A funcionária Karol verificava se estava cadastrado no Mapeamento e a pessoa era encaminhada para mesa de votação, onde ficou o grupo de trabalho, com nomes do poder público e da sociedade civil. Nós apenas atestamos que a pessoa estava no cadastro, mas erramos de não conferir sua comprovação de atuação cultural. No segundo dia corrigimos esse erro, cumprindo os critérios que nosso grupo de trabalho estabeleceu, através dos contatos dessas pessoas para verificar se a pessoa era agente cultural mesmo, para poder contabilizar aquele voto. Mas como os contatos de muitos eleitores eram da candidata e ela não atendeu os chamados, as mensagens, os e-mails, não conseguimos fazer essa constatação. A candidata deixou o sistema falho, junto com o

nosso erro. A Presidente concede palavra para Conselheira Joseane, que cede sua fala para Conselheira Mariana. A Conselheira afirma que o Conselheiro Augusto fez uma fala que procede, pois realmente o processo ficou falho, mas não pela candidata, que não responde pelo processo, que foi equivocada. O processo ficou equivocada por falta de condução, dando margem para o que aconteceu, como a Conselheira Aline Moschen falou, não existe problema das pessoas que não têm intimidade com o digital e ter uma outra pessoa que forneça e-mail e telefone de contato. Cita sua avó que não tem e-mail e que nem por isso não está impedida de ter vida cultural. E que exigir portfólio para o eleitor isso não era necessário, pois nenhum momento nosso regimento fez essa exigência. A Presidente esclarece que essa foi uma decisão do GT (grupo de trabalho). A Conselheira Mariana segue sua fala, e afirma que não foi informada disso, nem as pessoas que foram votar. O Conselheiro Augusto, no uso da fala esclarece que todos foram informados sim. O grupo de trabalho a todo tempo fez vários informes, além das publicações oficiais da Prefeitura. A Conselheira Mariana, no uso da fala, indaga se essa informação foi dada apenas no segundo dia, pois no primeiro as pessoas foram votar. O processo fica fragilizado, problemático. Agora mais um fato que acontece e querer culpar um e outro, não chega a lugar algum. A denúncia da candidata não foi sobre a eleição. Foi sobre o preconceito, que a candidata sofreu o preconceito, discriminação. Ela foi candidata e precisava ter um portfólio de agente cultural. Apresentou o portfólio como todas que são artistas. Todos representam um posto de agente cultural, a candidata também fez isso. Ela chega na Casa da Cultura e falam que ela não pode concorrer, porque não tem portfólio. Isso é uma discussão séria. O Conselheiro Thiago no uso da fala discorre sobre a situação da candidata ajudar eleitores, isso não é nada demais oferecer suporte. Muitas pessoas não tem facilidade para preencher cadastrado. A secretaria disponibilizou uma funcionária, a Karol, e ela estava fazendo esse trabalho, cadastrando, imprimindo portfólio, esse suporte estava sendo dado na secretaria. A candidata inscrever várias pessoas no dia da eleição, eu acho um pouco estranho. Então no dia da eleição cadastrar várias pessoas. E por causa disso que se verificou, que pelo que entendi, vários telefones ou e-mails dela estavam no registro de outros candidatos. E mais uma coisa que eu recordei: teve pessoas que cancelaram por e-mail por não ser agente cultural e por não ter portfólio. A pessoa informou que votou para ajudar um amigo se eleger. Conselheiro Augusto começa a sua fala tentando entender qual foi a discriminação que a candidata sofreu. Informa que ela foi atendida como todo mundo. Ela se exaltou, gritou, a precisar informar que é servidor público em serviço de função. Porque ela estava muito exaltada e batendo na mesa, ela e os parentes. O conselheiro indaga que discriminação que a cultura fez com essa candidata porque não está claro. A presidente concede a fala para a Conselheira Paulinha que inicia fazendo alguns questionamentos: Como proceder? O que querem que seja feito? E as provas? Tem testemunhas? Que preconceito foi esse? Informa que gostaria de entender melhor, pois não estava presente. A conselheira Mariana interrompe e a presidente pede para esperar pois a conselheira Paulinha ainda está em seu tempo de fala. A conselheira Paulinha diz que não interrompeu ninguém e segue com a sua fala. Porque estamos aqui ouvindo os dois lados e reforça que não ficou claro o tipo de preconceito que a candidata sofreu. Porque quando se trata de um preconceito, é crime. Mas um crime a gente tem que ter provas pra ele caracterizar crime. É isso que eu quero entender. O Conselheiro Luís Fernando, no uso, afirma que a candidata apresentou uma denúncia, onde cita uma situação de preconceito, um assunto sério, onde na carta ela diz que não podia ser candidata apenas por ser mãe de autista, onde uma agente pública, que fez parte do grupo de trabalho da eleição, jamais poderia expor os candidatos para votantes. O Conselho precisa saber que tipo de preconceito foi esse e saber o que será feito para apresentar fatos que defendam o Conselho dessa denúncia e responder com as

regras que foram impostas. Existe uma acusação de que a agente cultural não foi ouvida nas outras reuniões e é necessário defender o Conselho desses fatos. A Presidente registra o tempo extrapolado. Sugere que o Conselheiro faça nova inscrição. A Conselheira Cleise solicita inscrição. Registra o relatório do GT que conduziu a eleição, já apresentado em reunião anterior com uma pasta de documentos a disposição, também entregue no dia da reunião anterior, para todos que queiram ler os documentos, com todos registros da eleição que trata a denúncia. Relembra fala anterior, com desculpas a candidata Jéssica, quando no dia da eleição, manifestou o que disse no GT, que de fato, ser mãe de autista não era critério para ser candidata, era necessário ter atuação cultural, apresentar um portfólio, e no GT, na seleção dos candidatos, para aprovar os nomes, não considerou o portfólio da candidata em condições, mas foi aprovado pelo GT. A Conselheira, de fato, apresentou reflexão sobre a exigência de ter um portfólio cultural, e isso foi público, com prazo de atuação de cinco anos, justamente para ter um acúmulo na área para ocupar uma cadeira no Conselho. Mas, na ocasião, o GT entendeu diferente, justamente para garantir votantes e candidatos, pois já eram várias eleições sem candidatos e no futuro, o assunto deveria ser tratado no Conselho. A Conselheira relata a resposta para a secretaria de Assistência Social, onde está alocado o Conselho da Pessoa com Deficiência, com convite para conversar, para discutir de que maneira estabelecer parâmetros e critérios para garantir a inclusão desse segmento, uma novidade para própria pasta da Cultura. E como relatou o Conselheiro Augusto, a eleição foi anulada porque o GT identificou um processo frágil, admitindo equívocos, já registrados em reunião passada. Além do Conselheiro Augusto, que fez parte do GT da eleição, estão presentes as Conselheiras Renata e Joseane, onde ela mencionou que ser mãe de autista não é critério de atuação cultural. A Conselheira menciona que é tia de dois autistas e isso não a credencia para ser candidata em uma cadeira dessas, onde atuar no setor cultural era um critério óbvio. A Conselheira finaliza com preocupação e tristeza de ver o nome dela associado a uma situação de preconceito, onde se sente afetada pessoalmente, tanto como gestora pública e como cidadã, homossexual e defensora dos Direitos Humanos que é, e nunca teria um comportamento, um tratamento para quem quer que fosse, gerador de uma situação de preconceito, porque a Conselheira sabe o que é ser discriminada. A Presidente esclarece a Conselheira Mariana que o convite para a reunião do Conselho da Pessoa com Deficiência chegou na antevéspera, e não pode comparecer por já ter um compromisso, inclusive, em outra cidade, em reunião de gestores públicos de cultura da região dos Lagos. E a presidência deu prioridade em conversar com o Conselheiro Luiz Fernando, da cadeira Cultura Inclusiva, que o e-mail tratou desse particular, endereçado aos cuidados da Cultura Inclusiva, que é o Conselheiro Luís, por isso ele foi chamado para uma reunião, convidado. Os documentos foram entregues em mãos, para seu conhecimento (a denúncia e a resposta da Secretaria de Cultura). A Conselheira Mariana, no uso da palavra, registra que não podem ser cometidos erros, pois são cometidos atos que incide em outras situações, o que está infelizmente acontecendo com essa denúncia aqui, onde vivemos numa sociedade que ainda está sendo construída essa ótica da inclusão. É assumir que errou e não arrumar desculpas e sim pedir desculpas sobre o ato. Acho que é importante. Porque como a senhora fala aí, eu não sou tia de autista, como posso dizer que eu sou mulher e eu já fui machista muitas vezes, então o fato de eu ser mulher não vai me fazer ser menos machista, como a senhora ter neto, sobrinho, perto do seu convívio, também vai promover falas equivocadas ali e aqui, o que está sendo discutido é sobre o preconceito que a candidata sofreu. Se cometemos as vezes erros sem perceber, a gente também precisa corrigir. A denúncia da Jéssica fala dela ter sido ofendida, até pelo fato de outra candidata ter mais currículo que ela, com pessoa sendo induzida a votar em outra pessoa. Teve uma live que teve suas repercussões, então isso é

problemático. Não tivemos a humildade de reconhecer, e iremos errar. Estamos aprendendo como todo mundo. Precisamos acolher e entender a dor da pessoa que fez a denúncia. A partir do momento que o conselho de direitos humanos acolheu e enviou essa denúncia os conselheiros deveriam ter sido informados dessa reunião, porque a candidata não está falando da eleição. A presidente esclarece para a conselheira Mariana que para participar do Conselho de cultura, na cadeira de cultura inclusiva, na pasta da secretária de cultura é necessário ser um agente cultural. E informa que essa é a grande questão. E que não basta ser apenas autista, ou pessoa com deficiência sem a parte cultural. Na pasta da cultura você precisa ser o agente cultural. Após o esclarecimento do prosseguimento passando a fala para a conselheira Renata. A Conselheira Renata, no uso da fala, reitera a fala da presidente, está ali aprendendo como todos, e quando analisou os portfólios da candidata no grupo de trabalho da eleição. O conselheiro Luis Fernando interrompe perguntando se a candidata apresentou portfólio. A conselheira Renata informa que apresentou, mas não como agente cultural. Apresentou como mãe de autista, contudo, mesmo assim aprovou. Aprovou pelo coração, mas não ficou muito clara a parte de atuação cultural após verificar o material. A Conselheira lembrou da sua própria família, com todo trabalho irmão que é PC, e por isso, admite, votou com o coraçãozinho, pois a candidata de fato não apresentava um portfólio de agente cultural, com atuação no setor cultural. A Conselheira registra que o GT conversou muito sobre esse cenário, que o Conselho deveria deliberar mais sobre o tema, e a mais sensata decisão foi anular a eleição. É uma acusação muito dolorosa, mas a gente precisa realmente tentar equilibrar isso, ver, ouvir todos os lados necessários para gente continuar prosseguindo. Termina a fala dizendo que precisamos aparar as arestas e tentar daqui para a frente seguir, continuar caminhando. A Conselheira Paulinha concorda com a conselheira Renata. Diz que não está dizendo que é o caso dessa mãe de autista. Ela apresentou um portfólio das atividades que ela faz com o filho dela. Mas era necessário apresentar o portfólio das atividades culturais como agente cultural. Continua dizendo que o autismo ainda é um tema muito novo, que está na moda para alguns tipos de políticas públicas e infelizmente muita coisa fica escondida atrás disso e se levanta bandeira para causar uma polêmica. O que ela colocou aí, pô. Eu trabalho na Secretaria de Assistência Social, eu sofri preconceito. Ela está chamando a gente de preconceituoso. Eu não vejo aí, que está configurando crime de preconceito. Uma fala que ela disse, que a Conselheira Cleise começou registrando desculpas, o que que a gente precisa fazer para devolver a dignidade se ela se sentiu ofendida, o que esse Conselho pode fazer para se retratar, porque eu não me sinto criminosa, cara. O que está aí é muito pesado, gente. Preconceito não é brincadeira, não. E eu não estou falando isso da boca para fora. Eu estou falando porque eu já passei o que é, já senti na pele. Eu fui sofrer preconceito racial com os meus quase 40 anos, eu nunca tinha sofrido. Eu sei o que que é, então toca na minha ferida. Então, eu quero saber onde é que está escrito que é crime aí, porque são muito graves as palavras, são pesadas e são graves. Se tem que haver uma retratação, que seja feita, mas olha só, respeito é bom e a gente gosta também, cara. Não é porque você se sentiu ofendida que você vai sair disparando as coisas em cima dos outros não. Porque não é assim que a banda toca não. Aqui está a minha fala, não sei se eu me excedi, mas eu acho que tem que ser feita essa retratação. É para ser feita, vamos lá. A gente ainda tem um preconceito estrutural. Às vezes a gente erra e vai errar sempre, porque a gente está vivo. A gente precisa deixar de polemizar, porque às vezes é pesado, é cruel. Eu entendo que ela está ferida, mas eu não posso pagar por isso, cara. Eu não fui criminosa. Não estou sendo. É uma retratação que ela quer? Porque até agora eu não entendi. Crime nós não cometemos. Eu entendo que vocês estão trazendo a dor dela, estão trazendo a fala dela. Eu entendo e compreendo. Agora eu quero saber o que nós do Conselho podemos fazer para resolver. A Conselheira

Joseane, no uso da fala afirma que participou do grupo de trabalho da eleição, esteve na reunião do CONDEF, onde a presidente disse que fez o convite para o Conselho de Cultura quando a denúncia da Jéssica chegou para os conselheiros, através do e-mail do Conselho de Cultura e nós não fomos informados. A Presidente Giselle acabou de dizer que só se comunicou com o Conselheiro Luiz, pelo seu assento na cadeira da Cultura Inclusiva e eu queria até perguntar. Fiz parte do grupo de trabalho, deveria participar de todo processo. Eu acredito que a Jéssica ficou meio que sem uma resposta pelo o que eu entendi da carta. Também não sinto que cometi crime nenhum, então eu não tenho que me defender disso. Eu acho que ela queria trazer o assunto porque não foi trazida a pauta. A Conselheira Aline Moschen, faz uso da palavra. Diz que temos outra denúncia aqui inscrita e para a gente entender também qual é o nosso papel. Está se sentindo bastante incomodada com o rumo que a discussão tomou. A partir do momento que a Conselheira Paula fala que ‘eu quero saber qual foi a violência’ que ela cita para entender, se colocou no lugar de juíza. Não é nosso foco do Conselho. Nem tipificar o que é crime e o que não é. Isso não nos cabe, Paulinha. A Conselheira Paula, interrompendo a Conselheira Aline Moschen, registra: não foi isso que eu quis dizer. A Conselheira Aline Moschen continua no uso da fala e afirma: Eu posso concordar ou discordar de você, tipificar o que é crime e o que é violência não nos cabe. Nós somos um Conselho de Cultura. Então, assim, ver quem foi mais prejudicado, quem é criminoso quem não é, essa discussão não passa pela gente, desculpa. Eu acho que aqui a gente tem que ver exatamente o que ela quer e o que o Conselho vai encaminhar a partir daí, porque o restante é a justiça que resolve. Ninguém aqui, absolutamente ninguém aqui nessa sala, tem qualificação para essa pauta e pormenores dela. Desculpa, mas é isso. A gente tem que tomar cuidado para não invalidar a vítima colocando, igual o Augusto está fazendo, a acusação de que ela disse coisas que ela não disse. O texto está aqui. Então, assim, cuidado, gente. A gente não quer continuar se ‘embananando todo’. Vamos dar o encaminhamento à pauta e acabou, o resto não nos cabe, não nos compete. A presidente cita o conselheiro Augusto e a funcionária Karol, que na carta a candidata suprimiu informações dos atos alterados e desrespeitosos dela na Casa da Cultura, fatos que contextualizam o episódio, uma vez que a eleição foi anulada por decisão do GT que coordenou o processo, já registrado em reunião anterior do Colegiado. O Conselheiro Thiago faz uso da fala e discorre que a pergunta a ser feita é onde está a denúncia de preconceito, declara que está entendendo que a denúncia, na verdade, trataria do suposto preconceito pelos eleitores que não tiveram autorização para votar, porque é deficiente, porque é autista e tudo mais. Mas em nenhum momento essa situação se deu, pois para votar e ser votado, existiam critérios estabelecidos pelo GT que conduziu a eleição. Com relação à candidata, o Conselheiro Thiago indaga sobre quem é que pode votar ou ser candidato no Conselho de Cultura, se não for da área da Cultura. A Conselheira Joseane responde ao Conselheiro Thiago que estavam todos Mapeados. Outros conselheiros respondem que para votar ou ser votado no Conselho, é quem é agente cultural.

O Conselheiro Thiago, em concordância com as falas afirma, isso. Agentes culturais, e afirma que isso é algo que é necessário entender, quem pode participar aqui da eleição do Conselho, seja candidato ou votante, agentes culturais. Temos uma cadeira de cultura inclusiva, e é ótimo que a gente tenha, que a cidade discutiu e colocou essa cadeira. Agora, quem pode ocupar essa cadeira? Um agente cultural. O Conselheiro Thiago, no uso da fala declara que então assim, dizer que foi preconceituoso porque impediu a pessoa de votar porque ela é autista ou deficiente, mas sem ela ser agente cultural. A discriminação é essa? A gente está discriminando porque a gente não permitiu que um não agente cultural votasse? E a questão da candidata é o portfólio. Ok, ela tem o portfólio e apresentou. Aí é a minha opinião, me perdoem, mas a Comissão avaliou lá o assunto foi

discutido por um grupo de trabalho autorizado por esse Conselho. O portfólio dela tem comprovação de atuação cultural? Porque se não tem a comissão falhou. Essa é minha opinião, desculpa aí. Ou seja, se não tem comprovação de atuação cultural, a comissão falhou, mas ela nem deveria ser candidata. Ela foi candidata, foi aprovada e pessoas que não são agentes culturais, parentes queriam votar também. O Conselheiro Max solicita inscrição e afirma que não cabe nenhuma ação do Conselho frente a denúncia e a eleição já se deu, foi cancelada. Ou seja, o Conselho está apreciando a carta enviada pela candidata, e que agora é uma resposta a essa carta. O Conselho de Cultura precisa tratar de temas da Cultura, até agora não vi pontos de pauta onde discutimos política cultural. Essa denúncia aqui não é assunto nosso, essa pessoa fez uma denúncia em um outro conselho (CONDEF), ela foi no caminho certo e ela disse na carta dela que vai seguir até onde tiver que ir, qual é nosso papel aqui? Seguir com nossa pauta. Beleza, o que cabe a esse Conselho é se defender, o ônus da prova é de quem acusa, se ela tem provas suficientemente fortes, se ela foi discriminada, se sofreu preconceito aqui dentro, ela vai levar para as instâncias competentes. Quem tiver que responder isso na justiça, ou onde ela for, que responda, não nos cabe ficar aqui batendo boca, um acusando um ao outro de um assunto, que como ela mesmo diz, nós não somos juízes, estamos falando da coloração do Mar Vermelho é causado pela menstruação da baleia azul, isso ninguém sabe, quem sabe é quem entende. Quando chegar na instância de discussão nós seremos convocados judicialmente e iremos responder, aqui nos cabe dizer que a eleição foi cancelada, ela foi candidata, mas a eleição foi anulada, eleitores que votaram nela não eram habilitados para votar. Como passou, tá resolvido a segunda parte vamos aguardar. Vamos partir para a próxima. A Conselheira Aline Moschen, no uso da fala, diz que a denúncia não é inválida e é assunto que deve sim ser discutido pelo Conselho. Se a Jessica tem ação via mídias digitais, no meu entendimento, ela é agente cultural, isso deve servir de parâmetro para sua condição de artista sim. Então assim se essa denúncia gera essa discussão aqui dentro, eu não entendo como inválido, nem como perda de tempo, acho o conselho amadurecendo com o censo dele sobre o que pode ser considerado com o material válido ou não. Minha proposição é que a gente considere sim pessoas que trabalham com mídia como agentes culturais também. Porque seria se colocar a parte do mundo, né? Nessa parte do mundo contemporâneo falar aqui que isso não é. O Conselheiro Max informa que isso não estava sendo discutido e o que a conselheira Aline Moschen está dizendo é outra coisa. Essa não era a discussão. A Conselheira Katia endossa a fala do Conselheiro Max, uma vez que a eleição já aconteceu. O Conselheiro Luiz indaga a mesa qual a resposta para Jessica. A Presidente Giselle Ruiz propõe um pequeno grupo para elaborar uma carta em resposta a agente cultural, e o plenário aprova o encaminhamento. As Conselheiras Paula, Joseane e o Conselheiro Fernando são os nomes no grupo para escrita da carta. A Presidente consulta o plenário sobre o assunto da denúncia do Quilombo da Caveira. O Conselheiro Thiago Marques se inscreve. Registra que o Sr. Robertão, do Quilombo da Caveira, apresentou uma denúncia na Ouvidoria por não se sentir representado no Conselho, registrando que o Quilombo foi excluído do processo de eleição, impedidos de votar. O conselheiro Thiago passa a fala para o Conselheiro Augusto, que no uso da fala esclarece que ainda que isso seja analisado, não pode ser resolvido pelo Conselho, que é criado a partir de uma Lei da Câmara Municipal, ou seja, qualquer alteração tem que passar pelos vereadores. O Conselheiro esclarece que durante o processo eleitoral se deu, foi tudo coordenado pela Comissão organizadora, com nomes da gestão pública e sociedade civil, com nomes indicados pelo fórum cultural. A eleição foi no meio da pandemia, tudo muito complexo, foi praticamente tudo online e o Quilombo tem bastante problema com conexão e falta de equipamento, é uma realidade. Não puderam participar da votação por uma decisão da Comissão Organizadora, que não autorizou a vinda do transporte que

conseguimos no último dia. Na verdade, empatou, mas a presidente da comissão, que preside o fórum de cultura, desempatou com voto de minerva e não autorizou a vinda do ônibus do Quilombo, que também não tinha transporte no horário que era a conferência, a eleição. Se hoje o Quilombo da Caveira faz essa denúncia, é preciso prestar muita atenção. O assunto dessa conferência vem e volta, sempre, com questionamentos. Na época, eu que participei da Comissão, achei um absurdo o pessoal do Quilombo não poder vir, já que a Cultura acordou de fornecer o transporte para agentes culturais com problemas no acesso à internet, vir fazer tudo presencial, na Casa da Cultura e participar da conferência presencialmente. Tinha um período de inscrição, e isso se deu no último dia, que era a eleição do Conselho, e a possibilidade do pessoal do Quilombo votar, não foi autorizada pela presidente da Comissão. Só se conseguiu transporte no último dia, eles solicitaram à Comissão para garantir a presença da comunidade quilombola até o último dia, e esse pedido foi negado. O Conselheiro Elson inicia a fala dizendo que estamos todos aprendendo, cita o decreto 6040 desde 2017 que é o decreto que institui o plano nacional de comunidade e povos tradicionais e diz que precisamos adequar já que o quilombo se sentiu prejudicados. Se o Quilombo não se sente representado pela cadeira afro afro-brasileira e indígena, isso não é problema, o povo tradicional quilombola está citado na lei, onde a representatividade do Quilombo está prevista. Expressa que precisamos conhecer mais o contexto dos povos tradicionais, O conselheiro Luiz diz que tem se debruçado na minuta do regimento e ele cita o conselho poderá propor a inclusão de cadeiras no conselho. E essa cadeira do quilombo poderia ser debatida dessa forma. Termina a fala dizendo que tão logo aprovado o regimento poderemos encaminhar a proposta de inclusão, dando representatividade desta forma ao quilombo. A Conselheira Paula solicita inscrição e afirma que se o pessoal do Quilombo quer participar, que assim seja. Todos devem ser acolhidos no Conselho, e está de acordo com a fala da Conselheira Joseane, para incluir o termo quilombola na cadeira das Cultura afro e indígena, pois é um direito deles participar. Será uma satisfação convidar o povo do Quilombo, patrimônio maravilhoso. Não vejo problema nenhum nisso. A Conselheira Joseane no uso da fala diz que é preciso respeitar um processo, tem que seguir a lei, tem outros segmentos ou grupos que podem querer o mesmo, é preciso atenção a lei. Sobre eles terem se cadastrado no tempo da eleição, foram trinta dias para as pessoas de prazo. Foi dado o prazo tanto para um como para outro se cadastrar e não foram poucos dias, foram trinta dias. Assim, acho ele se equivocou um pouco de dizer quando a Comissão teria sido injusta. Não abrir a guarda não se é ser injusto, facilitar para os quilombolas não seria justo, pois tinha que respeitar o que todo mundo estava seguindo. Inclusive o Robertão fez o cadastro na Casa da Cultura e quando a gente faz o nosso cadastro a gente que escolhe o segmento. Eu não sei quem fez para eles, se foi ele mesmo e colocou errado, não se reconhece agora como Cultura afro, né? mas porque ele então concorreu comigo. Mas eu também acho que é um direito legalmente falando. Se é o caso de outra cadeira, então é refazer a lei, só o legislativo pode alterar a lei. O Conselheiro Augusto, no uso da fala, esclarece mais uma vez, que ainda que isso seja analisado, não pode ser resolvido pelo Conselho, que é criado a partir de uma Lei da Câmara Municipal, ou seja, qualquer alteração tem que passar pelos vereadores. E além disso o conselho já tem doze cadeiras e isso é preocupante, porque parte da sociedade civil já fica preocupada porque a secretaria de cultura possui dois representantes é por causa do quantitativo de cadeiras, nós não temos tanta instância pública para poder representar e foi por isso, inclusive, que propomos duas cadeiras para a cultura. Por causa desse fato acho difícil o acréscimo, acredito que esse caso deve haver uma reorganização. A Conselheira Cleise, no uso da fala, registra a presença do Conselheiro Max em jornais da TV, em uma condição muito interessante como um

comunicador cultural. Faz referência ao material enviado hoje pelo e-mail com vários anexos para leitura dos conselheiros, inclusive o quadro atual com informações sobre as etapas em andamento do Sistema Municipal de Cultura, em ajustes ao longo deste ano, quando a Secretaria, sob coordenação do secretário Thiago Marques, coordena várias mudanças em função da nova condição da Cultura, como unidade exclusiva na estrutura da Prefeitura. Agradece pela especial mesa temática da Festa Junina organizada pela funcionária Fabiana Evangelista. Registra a fala prática do Conselheiro Augusto, onde qualquer mudança na composição do Conselho passa pelo legislativo, a partir de uma mensagem do executivo. Agradece as ponderações da Conselheira Paula, onde de fato, temos um cenário que vai e volta ao processo de eleição, com várias repetições. É fundamental o Conselho tomar ciência do seu papel e abraçar a pauta das discussões políticas, com pontual papel de integrante do Colegiado, estudar a composição do Conselho, com tantas cadeiras, um Conselho gigantesco, pensando no Conselho Estadual, com dezesseis cadeiras, ou Cabo Frio, com nove cadeiras, sem desmerecer São Pedro da Aldeia, mas de fato é um Conselho enorme. Existem cadeiras que poderiam ter sido agrupadas, inclusive a cultura afro, a quilombola, a indígena, por exemplo. A Conselheira afirma que é pertinente o Conselho se debruçar sobre necessidade de mudança, uma vez que essa Secretaria de Cultura opera, neste momento, ajustes pontuais no Sistema Municipal de Cultura, revendo algumas peças da legislação, minuta do Fundo de Cultura, minuta da Lei Municipal de Incentivo e orçamento, por exemplo. Estamos aqui mais de duas horas, apreciando duas denúncias, ligadas ao processo de eleição. Fiquei surpresa pela fala do Conselheiro Augusto, que durante a pandemia, uma comunidade rural quilombola, mesmo conseguindo um ônibus da última hora para participar do processo de votação, foi impedido pela Comissão que organiza a conferência, uma tremenda incoerência isso, na avaliação da Conselheira. Nesse cenário, é pensar mesmo na discussão da proposta da Conselheira Paula, que mesmo num desabafo, na última reunião e hoje, conclama o Conselho para uma reflexão. A Conselheira enfatiza que o Colegiado está em reunião extraordinária para discutir duas denúncias, sem avançar em vários documentos de cunho político que precisam ser abraçados, com duas reuniões extraordinárias e três reuniões ordinárias, sem entrar em discussão pontual que são muito necessárias. A Conselheira indaga qual nosso papel, a partir das necessidades dessa cidade? Como adequar, em conjunto, as mudanças no Sistema de Cultura da cidade? E afirma, que se existem alguns equívocos e lacunas que impedem o Colegiado de avançar, então, é zerar os equívocos e lacunas, uma vez alguns Conselheiros alegam que o processo do ano passado, da terceira conferência, as eleições, não foram ainda ultrapassados. A Conselheira relata que acompanhou o Secretário Thiago na reunião com a Vereadora Mislene, e esse assunto perdurou por mais de duas horas, o assunto da terceira conferência. A gestão pública, a todo tempo, mantém atendimento as propostas da sociedade civil, acata e acolher, mas essa ação não tem sido exitosa, uma vez que não estamos saindo do lugar, com uma repetição constante de discussões que já se deram. A Conselheira Kátia, no uso da fala, afirma que se estão voltando os assuntos passados, são todos, tanto da sociedade civil como da Secretaria, como fez agora a Conselheira Cleise, voltando aos assuntos da terceira conferência. Espera um dia estar aqui e ver realmente se falar de cultura, porque tem muito a aprender. Mas precisamos aprender a ouvir para concluir os assuntos. A Conselheira Paula avalia que o Conselho deve ser objetivo, como o Conselheiro Max falou, a gente tem que deixar as malas e avançar, existem pessoas lá fora que precisam das nossas ações aqui. Se não vai andar, a minha proposta é também começar do zero, para daqui para frente ver se melhora. A conselheira Aline Moschen, no uso da fala, diz que mesmo não conhecendo o Roberto, como não conheço Jéssica que fez a denúncia antes, meu ponto seria de incluir quilombolas. Não sei se é possível, mas

essa é a minha posição é um pedido. Entretanto não de maneira direta, mas através de uma chamada pública porque podem haver outras lideranças. A Conselheira se referindo a conselheira Paula diz que apesar de tudo isso, ela não gosta de ouvir que o conselho não está andando já que ela e outras conselheiras passaram pelo menos três semanas fazendo o trabalho de redação para o regimento interno e enfatiza que está doando tempo e por isso ouvir que precisa voltar ao início a ofende. A conselheira Paula diz que entende e publicamente pede desculpas a conselheira e aos demais. A Conselheira Renata Brito faz uso da fala. afirma que realmente está vendo uma grande dificuldade de comunicação, quando estamos sempre voltando aos mesmos assuntos que já foram. É desanimador e frustrante. Outros inclusive, já pensam em desistir. Fico querendo me incentivar e a outras pessoas também, para ficar no Conselho, realizar o trabalho que anos e anos queremos fazer, agora até uma Secretaria de Cultura nós temos. E os assuntos voltam. A Paula tem realmente razão, com o Max. Precisamos nos debruçar em cima disto tudo e deixar de cometer erros, aparar as arestas. Está todo mundo tentando aprender. Cada dia mais fazemos um puxadinho ali e outro aqui. A questão realmente é refazer todo o processo. Já tenho pensado nisso há muito tempo, como outros conselheiros que não estão presentes. Só posso falar do que eu penso. Mas já me falaram que estão tristes com essa caminhada, e que pretendem até sair. Olha só então já que pretendem sair, que abram vagas para outras pessoas que queiram entrar, tem um monte de gente também querendo entrar. É começar do zero, fazer outra eleição, ou seja, zerar esse processo aqui. Não sei é uma coisa que realmente que vai reafirmar a vontade de todo, mas é necessário sair desse lugar que estamos, saber quem de fato está querendo construir, pois tem gente aqui querendo obstruir. Eu não posso mais ficar remendando um paninho velho em cima do paninho velho, não adianta, se lá na frente vai rasgar, deu problema. Cortando aqui, montando ali, cortando e voltando, tentando ajustar. Já deixei minha proposta, por favor Presidente, peço que receba minha proposta. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, afirma que toda vez se volta a assuntos passados, cita a reunião com a vereadora, processo de eleição, quilombo, transporte para quem tivesse dificuldade de acesso. Esse problema de voltar incomoda, porque antes do conselho foi feita uma proposta para se resolver e refazer somente a cadeira da música. Não concordei, porque estavam alegando que tinha problemas em todos os segmentos praticamente. Mas aceitamos para resolver a questão e aceitamos a proposta, refizemos a eleição da música, que a proposito deu mesmo resultado. E o conselho iniciou. Na minha cabeça as coisas vão andar, vão acontecer e não é isso que acontece. Então, estamos sempre voltando ao processo de eleição. O Conselheiro Elson diz que concorda com o conselheiro Max em gênero, número e grau. Se temos um norte, temos duas leis, o plano municipal de cultura e o sistema, nada se inventa está tudo escrito. A presidente informa que a proposta encaminhada a mesa pelas conselheiras Renata e Paula é refazer todo o processo, nova eleição de conselho a partir de uma nova conferência municipal de Cultura, pois está será uma oportunidade de amadurecer os fatos conforme o Elson propôs e a mesa acredita que estaremos mais aptos. Precisamos saber do plenário quantos concordam com a proposta. Os conselheiros Aline Moschen e Elson, em fala conjunta, afirmam que é um golpe. A secretária executiva, no uso da fala, Conselheira Cleise afirma que a mesa está apresentando uma proposta. A conselheira Joseane, no uso da fala, indaga se legalmente isso é respaldado. A conselheira Paula, no uso da fala, diz que a proposta foi feita e pelo adiantado da hora e por não ter todos os conselheiros presentes, sugere que se faça uma outra reunião para votar quem concorda ou discorda, pois o assunto deve ser amplamente discutido, até que seja votado, que acha ser o justo. A Conselheira Aline Moschen, no uso da fala, pergunta se vai adiantar e afirma que já estão armados. Afirma a Conselheira Aline Moschen: vieram com essa proposta, você acha isso legítimo? A

conselheira Paula, no uso da fala, faz várias perguntas em sequência a Conselheira Aline Moschen: é o quê, Aline? Tá armado o quê, Aline? Tá armado o quê? O quê que tá armado? Você está falando que eu armei? Não, o quê que está armado, Aline? Você está ficando maluca? Cuidado com o que você fala, cara, não é assim não. Você está pensando que está falando com quem? A Conselheira Cleise solicita calma no plenário. A Conselheira Paula, na sequência do uso da fala afirma que: Não, calma não, não é assim, não, cara. Você está pensando que você está falando com quem, cara? Me respeita, Aline, porque até agora eu te respeitei. Me respeita. Me respeita. Me respeita. Me respeita. Não, neguinha não, Josi. Isso é falta de respeito. Eu sempre te respeitei. Então, você me respeita, tá? A Conselheira Aline responde a Conselheira Paula - Isso é respeitoso o que você está fazendo? A Conselheira Paula, em resposta a Conselheira Aline Moschen, diz: Você não me respeitou, tá? Tu é mulher, segura o que tu falou aí agora, tá? Você agora segura a pomba que tu falou aí. Tu não é mulher não? A Conselheira Paula continua sua fala: Fala sério, cara. Fala sério! Meu irmão, eu não estou brincando, tô aqui desde cedo, fui uma das primeiras a chegar aqui e você me falta com esse respeito. Calma não, cara. Uma falta de respeito, cara. Falta de respeito. A Conselheira Marta, no uso da fala, se dirige a Conselheira Aline Moschen e registra que: quando você falou que tá tudo armado deu a entender que a gente fez coisa errada. Eu também me senti desrespeitada. A Conselheira Aline Arenari, no uso da fala, reitera a fala da Conselheira Marta, e afirma que só porque parte dos Conselheiros concordam com a proposta, não quer dizer que tá armado. Cada um pensa de um jeito. O Conselheiro Gil, no uso da fala, afirma que achou a fala da Conselheira Aline Moschen uma falta de respeito. Foi feio, com registro de que: isso que você falou foi feio. Dizer que a gente armou? O Conselheiro Elson, no uso da fala, registra que vocês se juntam e se articulam. O Conselheiro Philipe Amorim, no uso da fala, propõe rever todas as atas e averiguar os assuntos que retornam à terceira conferência, eleições, e o Conselho faz a devida avaliação sobre a proposta da Conselheira Renata. O Conselheiro Max diz que rechaça a fala da conselheira Aline Moschen e diz que não gostou. Diz que tem cinquenta anos e que consegue articular o próprio pensamento e o que acredita, e por isso não concorda com a fala da Conselheira Aline Moschen. O Conselheiro Luiz usa a palavra e diz que é o contrário, acho que estamos avançando muito, acho não, tenho certeza que nós estamos avançando muito. Porque são um monte de pessoas altamente experientes de idade, de vida de tudo, se reunindo aqui debatendo os assuntos relacionados a sociedade aldeense, entendeu. E só o fato de nós estarmos aqui, acho que hoje é a 4ª ou 5ª reunião. E estamos debatendo estes assuntos. Acredito que estamos avançando. Neste sentido que sou contra a fazer uma nova eleição. Porque daqui a pouco faz uma nova eleição, aí criasse um novo conselho, aí vai voltar neste tema de novo, vai chegar alguém que não quer, que não está representado, aí vai surgir denúncia, aí vai fazer o que? Cancela este conselho e faz outra eleição? Eu acho que não. Nós estamos evoluindo sim. Só tem adulto aqui, chefes de família, pessoas estudadas, pessoas com qualificações, pessoas respeitadas, pessoas responsáveis, então estamos conseguindo nos reunir aqui, se não me engano esta é a 4ª ou 5ª reunião. Nós estamos batalhando pra representar a cultura aldeense. Isso é muita coisa e eu acredito que nós estamos avançando sim. Agora, são vinte e quatro segmentos é isso? A presidente Giselle Ruiz esclarece que são doze, e registra que é evidente que haverá divergência. E se dirigindo a Conselheira Aline Moschen, destaca: me desculpa, mas eu acho que a sua fala realmente foi desrespeitosa. Mas fora isso a gente tem que debater e expor nossa opinião mesmo. É assim que funciona um Conselho. O Conselheiro Luiz, no uso da fala, continua sua ponderação: eu venho de uma região onde a sociedade civil não tem vez, então só o fato de nós estarmos reunidos aqui debatendo assuntos inerentes aos segmentos da sociedade aldeense, isso pra mim é uma coisa que não tem preço. Não é porque está

tendo muita dificuldade, que a gente não está se entendendo em nossas opiniões, que é que tem que derrubar tudo e começar uma coisa nova. Tá avançando sim, me desculpem que pensa o contrário eu respeito. Eu gostaria que ponderasse sobre a minha fala. Não estou impondo uma opinião goela a baixo de ninguém não. Isso aqui é um conselho, a gente precisa debater realmente. Porque aqui nós estamos representando a sociedade aldeense. São vários segmentos da sociedade. Desculpa que acha que não, mas eu acho que nós estamos avançando muito sim. A presidente Giselle acolhe a proposta de dissolução do Conselho, que deve ser uma discussão numa próxima reunião, com reunião pauta única, uma vez que é preciso garantir uma ampla discussão. O Conselheiro Philipe, no uso da fala, afirma que não ver como avançar gastando cinco reuniões discutindo a eleição. O Conselheiro Luiz concorda. O Conselheiro Philipe afirma que é basicamente isso, fazer um levantamento de todas estas atas e ver quantos são problemas da eleição, respondendo hoje duas denúncias da eleição, a gente vai ficar voltando sempre na eleição e na próxima extraordinária vai discutir a eleição. O Conselheiro Max, no uso da fala, afirma que não tem uma única deliberação de Cultura que fosse. Uma, uma deliberação que mudou o panorama cultural de São Pedro da Aldeia. O Conselheiro Luiz afirma que realmente não teve. O Conselheiro Gil, no uso da sua fala, afirma que até as atas são questionadas, do início ao fim, com horas e horas para aprovar uma ata. O Conselheiro Elson, no uso da fala, afirma que a ata foi questionada porque estava errada ruim. A Presidente esclarece que estamos todos apreendendo, uns tem mais conhecimento, outros menos, mas todos querem acertar. Estamos aqui para o debate, para discutir, com seriedade e apresenta uma consulta ao plenário, se concordam com a proposta de refazer todo o processo de novo, de zerar esse Conselho, para iniciar outro. A Presidente retoma a fala e consulta a plenária sobre a proposta que foi levantada pela Conselheira Paulinha e pela Conselheira Renata, que configuram uma coisa só, onde o Conselheiro Elson faz uma citação com todo sentido, diante das propostas delas, colocando a gente tem que se ater a lei, que a gente tem que refazer certas coisas para gente poder se adequar, que corroboram também com o que elas falaram aqui. O Conselheiro Philipe falou das atas. Ainda que não goste de generalizar, pois normalmente a generalização é fadada ao erro, te falo que em quase todas as atas temos de fato problema recorrentes sobre a terceira conferência, é um assunto que sempre retorna, um assunto que não satisfaz nunca alguns dos agentes culturais, sempre tem um problema. A cadeira da música era um problema, ai refaz a eleição da cadeira da música, concordamos, mesmo sabendo que outras cadeiras também deveriam passar pelo mesmo. Refizemos a eleição da cadeira para dar o mesmo resultado, que sabíamos que daria o mesmo resultado, mas para satisfazer a sociedade civil, foi refeita. Então ficamos sempre retornando. Essa proposta que foi feita agora, pela Conselheira Paulinha, pela Renata, que segue as várias falas do Conselheiro Elson, devem ser de fato percepção para esse Conselho avaliar, daí preciso saber de vocês. Vamos fazer uma nova eleição do Conselho a partir de uma nova conferência municipal de Cultura. Amadurecemos os fatos e os procedimentos. O Conselheiro Elson afirma que a sua proposta não é refazer tudo, é reestruturar o segmento, incluir o quilombola, essa é seria a minha proposta. O Conselheiro Max, no uso da fala, avalia que isso não deve ser deliberado hoje, acha que é uma proposta sim, mas para uma outra reunião. A Conselheira Joseane, no uso da fala afirma que não concorda com a proposta por uma nova conferência, declara que nós ativamos o Conselho para quando vier verba e as leis de incentivo culturais, para os agentes culturais e fazedores de cultura terem acesso, cancelar é justamente um erro, nós estamos aí com leis, brigando pra poder ser aprovada, Aldir Blanc, a Paulo Gustavo. Um dos requisitos para ativar o nosso fundo é ter o conselho ativo. Conferência, está se brigando também para acontecer somente ano que vem. Anular todo esse trabalho, todo esse nosso interesse, toda essa luta, todo esse discurso pela

cultura, é ir pelo ralo esse ano, ou com as próximas coisas que irão acontecer a gente não vai ter acesso a participar destas coisas. A Conselheira Joseane, no uso da fala, afirma que sem Conselho, perdemos dinheiro, e tudo vai parar. O Conselheiro Augusto, no uso da fala, afirma que é para pensar, como que reestrutura o conselho com ele funcionando? A Conselheira Cleise solicita inscrição para um esclarecimento rápido, e informa que se o plenário avança na deliberação de refazer o processo, uma vez que seja deliberado pela dissolução do Conselho, não há impedimento na proposta, uma vez que assim seja decidido pelo próprio Conselho. O procedimento seguinte é a secretaria de Cultura instituir outra comissão organizadora, de composição paritária, com nomes da sociedade civil, nomes do poder público, e essa Comissão Organizadora coordenar a 4ª conferência Municipal de Cultura, para eleger novos conselheiros da sociedade civil. Os colegas do poder público, que foram indicados pela gestão municipal e o IPHAN, ficam automaticamente desocupados da função de Conselheiros, até a recomposição do Conselho. A dinâmica de trabalho se daria entre trinta a quarenta e cinco dias, a partir do encaminhamento do Secretário, que é o coordenador do Sistema Municipal de Cultura. Isso é um esclarecimento, se o Conselho avançar na deliberação da dissolução, até porque a cidade não vai ficar sem Conselho, onde a preocupação é justamente o contrário, garantir que o Conselho se estabeleça sem retomar frequentemente, continuamente aos assuntos da Conferência passada, que volta e meia a secretaria e os próprios colegas da sociedade civil registram com problemas, com lacunas. Eu por exemplo no Fórum, não fazia parte da secretaria e falei várias vezes, não tem eleição para suplente. Não existe isso. Suplente é o segundo mais votado. E teve eleição para suplente. Na época alertei a colega que trabalhava na gestão pública e alertei a Colega do Fórum de Cultura, isso é só um exemplo. Então é para esclarecer. Mas daí, a mesa vai coordenar os trabalhos, como faremos essa avaliação. Aqui estou esclarecendo com os colegas o encaminhamento que se daria a partir desta dissolução. Entendendo que é uma preocupação de colegas da sociedade civil e colegas do poder público. A Conselheira Aline Moschen, no uso da palavra, lembra de trazer a memória como o Conselho se institui e como essa proposta é muito injusta. Porque a atuação dos colegas é sempre apontada como problemática, mas dizer que a gente fez tudo isso antes de vocês chegarem. O Thiago que eu me lembre, ele foi um dos contemplado pela lei Aldir Blanc, ele foi uma dessas pessoas que se beneficiou do trabalho de todas essas pessoas aqui que vocês chamam de problemáticas. Essas pessoas problemáticas distribuíram renda para a maioria dos artistas de São Pedro. O grupo do fórum só existe porque foi feito esse trabalho por estas pessoas problemáticas. Então se vocês querem culpabilizar as pessoas que estão se colocando, saibam que isso vem sendo feito a anos, muito antes de vocês estarem aqui. Se vocês consideram isso legítimo, destruir um trabalho de articulação que começou em 2019, façam, a gente não tem o que fazer, é uma decisão de vocês, é uma decisão da consciência de vocês. Mas dizer o que eu estou presenciando aqui hoje. Porque eu falei está armado? Vocês consideram normal uma servidora levantar e ameaçar outra pessoa que é do conselho? Isso não é normal. E se a gente chegou neste ponto é da parte dos dois lados. Então querer culpabilizar e dizer que uma parcela do conselho está errada eu acho um erro grave. Mas se assim o quiserem prosseguir o façam. Eu não vou me opor mais, nem vou ficar colocando força nisso aqui, porque só me mostra o fracasso que foi gestão tentando conduzir um diálogo com a sociedade civil. Desculpa, mas estas pessoas problemáticas foram que garantiram o direito de todo mundo aqui, muito antes de vocês se estabelecerem. A Conselheira Cleise, no uso da fala, afirma que ninguém chamou ninguém de problemático, por exemplo, fez uma fala do cenário que tem sido recorrente, de problemas, não fez nenhuma fala chamado ninguém de problemático. Quem lê todas as atas pode fazer a mesma avaliação, frente o somatório do que a gente tem deliberado

aqui, e como tem sido as reuniões e sobre a Conselheira Paula, ela não fez ameaças, ela se alterou, frente uma fala ofensiva. A Conselheira Aline Moschen, no uso da fala, diz que se desculpa minha querida, mas você é servidora, você está aqui para isso. Gente tá cansado, vocês acabaram de chegar, a gente está aqui há anos. A Conselheira Cleise, em resposta, se dirige a Conselheira Aline Moschen, dizendo não ter entendendo sua fala, nem de longe, porque se for fazer uma fala pontual ou pessoal, cada um aqui tem sua soma de trajetória e de dedicação, os colegas do poder público se não são artistas, são pesquisadores, educadores, têm a sua competência de trabalho, por isso estão aqui e cada agente cultural que está aqui. Não se trata de entrar num detalhamento desses, ninguém falou aqui de pessoas problemáticas, ninguém, a mesa está acolhendo aqui o que vem da plenária. O Conselheiro Elson no uso da fala afirma que se foi esse o objetivo, de chegar a essa conclusão, de cancelar tudo, de quem está nessa luta, é colocar todos os motivos, inclusive vazamentos e todos as coisas. E a ata só tem 60% do que aconteceu. A conselheira Marta afirma que a ideia da ata é resumir o que aconteceu. A presidente concede uso de fala para o Conselheiro Thiago, e comunica a plenária que ele é o último inscrito. O Conselheiro Thiago afirma que não concorda com o que já foi pontuado várias vezes, com relação a não ter diálogo e tudo mais, uma vez que a todo tempo, lá trás, que nem precisa narrar outra vez, alguns acompanharam, o pessoal do poder público, e outros também. Começamos, desde o início do ano passado, muitas conversas com a Sociedade Civil, essa lei do Conselho, por exemplo, se tem furo ou se não tem, com relação aos quilombolas, acho que precisamos responsabilizar todos, poder público e sociedade civil, porque montamos um grupo de trabalho com os dois lados. Se tinha algum furo ou não com relação ao povo quilombola, ok. Vamos nos responsabilizar, mas trabalhamos nisso juntos, fizemos reuniões, chamamos e convocamos o Fórum, em várias reuniões, inclusive, acho que se deliberou coisas que não deveria ter deliberado. Montamos um plano com relação à conferência, ou seja, fizemos várias coisas para poder conversar, para poder debater, na composição sempre, então eu não não posso concordar com essa parte - falta de diálogo. Já tive falas sobre isso em outras reuniões, e me sinto também cansado por algumas situações. É difícil, gente. A gente está trabalhando, eu entendo parte das falas aqui e tudo mais, mas toda vez volta em situações que já foram faladas, coisas que já foram tratados que já combinou, mas não vai. Tem falhas nossas, eu acho que tem. A fala da Conselheira Cleise, sobre suplentes, enfim, é minha dificuldade com relação à questão eu acho que tem falhas nossas, que pode ter relação com a eleição de suplente, que não deveria ter, eu não sabia, errei porque não sabia? Enfim errei! Agora, é um tipo de erro, por exemplo, que pode ter interferido no resultado da eleição também, é isso. A Presidente Giselle consulta o plenário para que a proposta seja ponto de pauta da próxima reunião, com discussão da matéria. A Conselheira Aline Moschen, no uso da fala, se dirige a Presidente Giselle, e solicita: eu quero deixar registrado que a servidora levantou em direção a mim quando eu estava sentada na plenária, falando que ela visivelmente me questionou agressivamente, levantou a voz e que ela veio em minha direção, que ela precisou ser contida, aqui por outras pessoas, por favor. O Conselheiro Gil, no uso da fala, solicita que precisa também registrar que a colega, a Conselheira Aline Moschen, agrediu verbalmente dizendo que ela tinha armado. A Conselheira Marta, no uso da fala, também quer registrar que a colega, a Conselheira Aline Moschen, agrediu verbalmente a conselheira Paulinha e todos os Conselheiros do poder público. A Conselheira Aline Moschen, no uso da fala, afirma que: eu falei tá armado, eu não falei quem, não direcionei a Paulinha. Os Conselheiros Gil e Marta, em fala conjunta, se dirigem a Conselheira Aline Moschen e afirmam: você disse sim, disse vocês vieram todos armados e apontou pra cá, dirigindo onde a Conselheira Paulinha estava sentada. O Conselheiro Augusto, no uso da fala, reiterou a fala dos Conselheiros, afirmando que a Conselheira Aline Moschen

apontou para Conselheira Paulinha. A Conselheira Cleise, no uso da fala, esclarece que ninguém precisou se contido. A Presidente Giselle Ruiz, na condução da mesa, consulta o plenário para que a proposta seja ponto de pauta da próxima reunião. A Conselheira Cleise, no uso da fala, registra que fechar uma pauta única para essa discussão, de dissolução do Conselho numa próxima reunião, considerando que hoje a matéria não seria deliberada, é o acertado. Registra que alguns Conselheiros já foram embora, e é assunto seríssimo, precisa ter uma informação explícita em pauta. A Conselheira Giselle Ruiz em consulta a plenária, procede votação para aprovação desse tema como pauta única da próxima reunião, com manifestação da maioria de Conselheiros, com voto favorável de: Gil da Fonseca, Marta Freitas, Philipe Amorim, Max de Andrade, Thiago Silva, Cleise Campos, Katia Cristina Ferreira, Aline Arenari, Renata Brito e Diego Feliciano. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente dar por encerrada a reunião às vinte horas e vinte e oito minutos. Eu, Cleise Campos, lavrei a presente, atesto e afirmo, aqui assinada pela coordenadora dos trabalhos, Presidente Giselle Ruiz e pelos integrantes do Colegiado que assim desejarem. Conselheiros presentes: Gil da Fonseca; Paula da Conceição Azevedo; Marta Silva Freitas; Philipe Bitencourt Amorim; Max Leandro de Andrade; Thiago Silva; Cleisemery Campos da Costa; Katia Cristina Ferreira dos Santos; Aline Arenari e Souza; Mariana Lobo; Renata Brito; Diego Feliciano; Aline Moschen; Rita de Cassia Valadares; Joseane Rabello e Luiz Fernando Negrão; Giselle Ruiz Lima; Augusto Azevedo e Elson da Silva Carvalho.